

VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA

Henrique Barreto Nunes

BIBLIOGRAFIA DE VÍCTOR DE SÁ

Manuela Barreto Nunes

VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA

Henrique Barreto Nunes

BIBLIOGRAFIA DE VÍCTOR DE SÁ

Manuela Barreto Nunes

Biblioteca Pública de Braga
Universidade do Minho

BRAGA 1991

Separata do livro:
Estudos de História Contemporânea Portuguesa

© Livros Horizonte, 1992
ISBN 972-24-0827-5

Impressão:
Rolo & Filhos, Artes Gráficas, Lda.
Fevereiro 1992

Dep. Legal nº 54046/92

VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA

Henrique Barreto Nunes

*De seguro
Posso apenas dizer que havia um muro
E que foi contra ele que arremeti
A vida inteira.*

(Miguel Torga)

1. UM MENINO BRINCAVA NA ESTRADA

O menino de cinco anos brincava na estrada naquele dia 28 de Maio de 1926 quando viu despontar, numa curva, um grupo de soldados e cavaleiros que, em passo tranquilo, de Braga se dirigiam para o Porto.

Um breve susto, uma corrida até casa para avisar a família e o retorno à brincadeira.

Só anos mais tarde o menino descobriu o real significado da passagem daquela coluna militar, que marcaria tão profundamente a sua vida, a vida de todos os portugueses.

Joaquim Víctor Baptista Gomes de Sá nasceu na freguesia de Cambeses, Barcelos, em 14 de Outubro de 1921.

O pai, Domingos Gomes de Sá era sargento (depois tenente) do Secretariado Militar, tendo sido expedicionário em Moçambi-

que durante a I Guerra. A mãe, Florinda Baptista da Silva André, professora primária.

A infância foi naturalmente despreocupada, passada na aldeia. Já em Braga, concluiu a instrução primária, com distinção, em 1932.

Uma repentina e precoce crise de misticismo leva-o, em Outubro daquele ano para o Seminário das Missões do Espírito Santo em Godim (Régua). Queria ser missionário em África!

Inicia os estudos liceais no Seminário, mas rapidamente descobre que não era aquilo que procurava. Um sinal de rebelião, encoberto com uma alegada falta de resistência física, obriga-o a regressar a Braga, já em 1934, não tendo concluído sequer o 1º ano.

A sua educação foi rígida, austera, quase castrense, dominada pelo espírito militarista do pai e pela obstinação e o amor da mãe, que pretende que triunfe nos estudos.

Regressado a Braga, Joaquim Víctor fez o curso secundário no Liceu Nacional de Sá de Miranda, que frequentará entre 1934 e 1941.

É um aluno médio, nunca ultrapassando os 12 valores, mas começa a distinguir-se noutras actividades.

Cedo se manifesta o seu gosto pela escrita, expresso nos primeiros artigos publicados no «Correio do Minho» em 1937 e na tentativa de ser correspondente do «República», que mais tarde se concretizará.

Revela-se um líder estudantil sendo, depois de renhidas eleições, presidente de Academia Bracarense e promotor de diversas iniciativas que já nessa altura agitam o marasmo cultural em que o Liceu e a cidade viviam.

Igualmente a sua consciência cívica é despertada por episódios de terrorismo político, de ódio contra os republicanos, a que assiste em Braga, coincidindo com o final da Guerra Civil de Espanha. Começa assim, em contacto directo com a realidade do quotidiano, a descobrir que vivia sob um regime prepotente e repressivo, como era o fascismo salazarista.

É um jovem inquieto, irrequieto, já com uma personalidade forte, seguro de si, confiante.

Confronta-se também com a rígida educação familiar. Em Junho de 1939, numa carta aos pais, motivada pela oposição que o namoro com a que seria a sua primeira mulher provoca, cita

Orson Marden: *as circunstâncias adversas criam forças. A oposição desenvolve em nós a resistência. Vencer um obstáculo torna-nos mais capazes de vencer um outro obstáculo que vier depois.* Esta capacidade de lutar contra todas as dificuldades será uma constante de sua vida.

Não admira assim que, terminado o curso liceal, e contra a vontade dos pais que, contudo acabam por o apoiar, decida interromper os estudos e ingressar na «escola da vida».

2. GOSTAVA DE LIVROS, QUIS SER LIVREIRO

O interesse pelos livros, pela leitura, pela reflexão dela decorrente, pela sua importância na formação cultural e cívica dos cidadãos era aliás uma paixão antiga.

No Liceu tinha criado, com alguns colegas, uma pequena biblioteca que fazia empréstimo de livros, rapidamente boicotada porque o reitor, além de perturbado pela ousadia, temia que a iniciativa produzisse maus frutos entre os alunos.

A frequência da Biblioteca Pública também não era motivadora. Predominava um conceito elitista da cultura, a leitura era desencorajada. O jovem Víctor emprega-se então na Livraria Gualdino. Como continuava a viver com os pais, utiliza os magros escudos provenientes do seu modesto salário para comprar livros. Um dia, porém, pareceu-lhe que era egoísmo deixar os livros nas estantes depois de lidos: e decidiu-se *facilitar a sua leitura domiciliária a quem se propusesse pagar uma taxa mensal diminuta.*

Surgiu assim, num período de acentuado obscurantismo cultural, a magnífica e generosa aventura que se chamou Biblioteca Móvel, posteriormente evocada num opúsculo que relata toda aquela experiência de tentar levar o livro, em selecção cuidada, a todos os que, pelo país fora, tinham fome de leitura e não possuíam poder de compra para a saciar.

Os resultados são surpreendentes, mas a reacção do poder instituído também não se faz esperar, e do púlpito aos jornais são inúmeras as vozes que denunciam e perseguem aquela incómoda iniciativa.

O gosto pela escrita não abandona Víctor de Sá. Colabora regularmente na imprensa local e regional e abalança-se a

publicar os seus primeiros livros, dedicados à divulgação do pensamento de Antero de Quental, a que se seguirá uma bibliografia Queirosiana, que inclui um pequeno ensaio sobre o livro em Portugal.

3. CULTURA E ACÇÃO

Também em 1942 inicia a sua luta contra o regime salazarista. Coincidindo com a actividade do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), alguns jovens criam em Braga um «núcleo de resistência e de formação ideológica», entre eles se contando Armando Bacelar, Francisco Salgado Zenha, o engenheiro agrónomo Flávio Martins e Víctor Sá.

Entretanto casa-se, continuando como empregado de livraria, já na Livraria Cruz.

Em 1944-45, dedica-se à actividade sindical, de que desistiria dada a impossibilidade de agir, e participa activamente na agitação política que se verifica no fim da Guerra, integrando o MUD desde 1945 (devem datar deste período os primeiros contactos com membros do Partido Comunista).

O ano de quarenta e sete marca a concretização de um grande sonho, a fundação da Livraria Víctor, na Rua dos Capelistas, mas é também o ano da primeira prisão, poucos dias antes da abertura do seu estabelecimento: é um primeiro, solene aviso, para tentar dissuadir aquele «perigoso agitador» de prosseguir a sua missão de difundir a cultura através do livro, de incendiar as consciências.

A PIDE detém-no por mais de um mês no Porto, sem explicações, sem direito a defesa. Na prisão está simultaneamente com os seus conterrâneos e amigos Francisco Zenha e o futuro mestre de guitarra clássica José Gabriel Bacelar.

Começa assim um rosário infundável de perseguições, calúnias e de ódio, de que nem o 25 de Abril o libertará totalmente, que atingirá duramente a sua actividade profissional e intelectual, mas que nunca o conseguirá vergar.

A sua livraria, apesar de todos os obstáculos que as sucessivas prisões (em 1949 e 1950) fazem aumentar, transforma-se num importante centro cultural e de resistência, o que leva à proibição de se dedicar à actividade editorial.

Entretanto, a Biblioteca Móvel depois de uma actividade ininterrupta durante oito anos, já não tem condições para sobreviver e acaba em 1950.

Casado, com três filhos, livreiro, com ficha na PIDE, alvo da hostilidade dos seus conterrâneos fiéis ao regime, Vítor de Sá decide prosseguir os seus estudos e matricula-se no Curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras de Coimbra em 1952.

Continua a escrever e a lutar, a reflectir e a agir. A sua colaboração na imprensa multiplica-se (escreve para a «Vértice», para a «Seara Nova», mas também para pequenos jornais), profere palestras, participa em colóquios e congressos, publica em livro trabalhos de divulgação cultural ou sobre questões da actualidade.

Sempre preocupado com os problemas do livro e da leitura, em 1955 lança através das páginas do «Correio do Minho» um «inquérito necessário», sobre a situação das bibliotecas de Braga, que depois se estende a todo o país. Foi uma autêntica pedrada no charco estagnado da política cultural portuguesa da altura.

Publicado depois em livro, «As bibliotecas o público e a cultura», continua hoje a ler-se com grande interesse, pois trata-se de um documento sociológico que nos traça um retrato vivíssimo das práticas de leitura dos portugueses na década de 50, apontando soluções e caminhos que só muito mais tarde viriam a ser percorridos.

A intervenção possível como cidadão, sobretudo nos períodos eleitorais, é marcada por novas prisões, sem julgamento, em 1956 e 1958, pelo impedimento de se dedicar à actividade editorial (1954) e pelos reflexos que provoca na opção académica que tinha tomado, quando decidiu, com grande sacrifício, ser estudante-trabalhador.

A sua prisão em 1958 (ano das eleições em que participou Humberto Delgado), por 3 meses, acontece quando se preparava para concluir a licenciatura em Coimbra, o que só se virá a verificar no ano seguinte, apresentando uma tese sobre Amorim Viana. Aliás a licenciatura, seguida que foi de uma nova arbitrariedade adiante referida, será pretextado para uma grande festa de homenagem, no Bom Jesus, que reúne centenas de oposicionistas ao regime. Os jornais foram coagidos a silenciar este acto público.

Terminada a licenciatura, concorre naturalmente a um lugar de professor no ensino secundário, sendo nomeado para a Escola Comercial de Braga. Só que não chegou a tomar posse. Um telefonema, feito da casa de uma conhecida figura bracarense por um zeloso representante da comissão política situacionista local (União Nacional) alertou o Ministério da tutela quanto ao inconveniente de ver aquele perigoso oposicionista como professor na «Cidade Santa da Revolução» e, de imediato, foi dada ordem para a posse não se consumir. Depois de tantos sacrifícios, o direito ao trabalho na função pública foi recusado a V. Sá, porque era desafecto à ordem estabelecida.

E prossegue a sua vida de luta e inconformismo, continuando como livreiro, escrevendo sem desânimo, agindo sempre que possível.

Assim sucedem-se mais duas prisões, a primeira em 1960, por 5 meses, sem julgamento, acompanhada do encerramento e selagem da livraria, contra o que a própria população bracarense, nomeadamente os comerciantes, reagiu com indignação generalizada.

Em 1961 foi candidato a deputado por Braga, nas eleições legislativas. Mas em 1962, a pretexto das Juntas Patrióticas, é vítima de nova detenção por 7 meses, desta vez culminada com julgamento em Tribunal Plenário, em que foi absolvido.

Víctor de Sá sofria intensamente, sentia na carne e no pensamento o drama de todos os intelectuais portugueses que se opunham ao regime salazarista e sonhavam construir um país diferente.

Proibido de ser professor por uma lei iníqua, impedido de tomar posições públicas sobre os problemas nacionais, já que a PIDE e a Legião estavam sempre vigilantes, perseguido na sua própria cidade por figuras influentes afectas ao regime, condicionado na própria expressão escrita, de que nunca desistiu, apesar da censura constituir um fantasma castrador, só o seu pensamento permanecia livre e inconformado, embora necessitasse de novos espaços, novos horizontes para se refinar, para se expandir.

Mas, que fazer?

5. PARIS: EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Inconformado com a situação de marginalização intelectual e académica a que estava condenado, apesar de possuidor já de um apreciável curriculum, com algum trabalho de investigação centrado sobretudo no século XIX, em Abril de 1962 Vítor de Sá decide apresentar um pedido de bolsa de estudo em Paris à Fundação Calouste Gulbenkian.

O seu plano de trabalho inicial incide na «actividade cultural dos portugueses em França no período oitocentista», o que lhe valeu a concessão da bolsa e a discreta (não fosse o diabo tecê-las...) partida para Paris em 15 de Setembro do ano seguinte.

É então que conhece o Prof. Georges Boisvert que lhe fala detalhadamente na obra já produzida, e o Prof. Leon Bourdon que lhe sugere candidatar-se a um doutoramento. De imediato toma consciência da situação de atraso em que os portugueses se encontravam no domínio da historiografia científica, no seu caso agravada por se ter formado, mesmo na Universidade, *num círculo de estreiteza intelectual e de limitado acesso à informação e ao intercâmbio de ideias*. Assim começa por fazer um exame autocrítico dos conceitos históricos que anteriormente considerava validamente estabelecidos, lançando-se de seguida *na organização sistemática e crítica de conhecimentos sobre a história contemporânea portuguesa*.

Ao fim do primeiro ano de estágio em França *compreendi que as formas de saber história que aqui [em Portugal] nos ministram nas escolas e nas universidades não são na generalidade formas válidas de conhecimento*.

Os problemas de ordem metodológica e científica que o atormentaram naquele período, a ruptura que teve que fazer relativamente à sua formação «histórica» tradicional, as hesitações e as opções finalmente tomadas são exemplarmente apresentadas por Vítor de Sá em diversos textos incluídos nos livros «Regressar para quê?» e «A história em discussão».

De qualquer modo, os resultados são positivos tanto que o projecto de investigação que apresentou e o trabalho realizado levam a que seja admitido à frequência do «3º cycle de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Paris», com vista à realização de um doutoramento.

O contacto com mestres como Bourdon, Silbert, Vilar, Labrousse, Gurvitch e outros, a frequência de cursos e seminários, a utilização de bibliotecas bem apetrechadas, o convívio e a discussão aberta com intelectuais de diversa formação, a leitura e a reflexão necessárias a um aturado trabalho de investigação, permitem-lhe adquirir informação, organizar os seus conhecimentos, levam-no mesmo a alterar os seus planos iniciais.

A Fundação Calouste Gulbenkian aposta em Victor de Sá, reconhecendo que cumpre exemplarmente as suas obrigações de bolseiro e acabará por facultar-lhe a permanência em Paris durante 5 anos, no termo dos quais apresenta e defende brilhantemente na Sorbonne a sua tese de doutoramento, finalmente intitulada, depois de diversas inversões na marcha da investigação, «A crise do liberalismo e as primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal». Um júri altamente qualificado, presidido pelo Prof. L. Bourdon, em 6 de Janeiro de 1969, atribui-lhe a menção mais elevada, ou seja, a de «très bien», com equiparação da tese apresentada à tese complementar de «doctorat d'Etat».

Victor de Sá permaneceu 5 anos em Paris, onde viveu o Maio de 1968, sem nunca ter vindo a Portugal, mesmo em férias, que por duas vezes passou na Galiza com os filhos, com receio de que as autoridades policiais o impedissem de voltar ao seu trabalho na Sorbonne.

Tendo decidido dedicar-se exclusiva e intensamente ao seu trabalho de investigação, absteve-se de qualquer intervenção pública ou mesmo de se envolver com os numerosos exilados políticos portugueses que se encontravam em Paris e com muitos dos quais mantinha relações.

Isto não impediu que no período eleitoral de 1965, o seu infatigável inimigo Santos da Cunha e os respectivos próceres bracarenses, lançassem uma campanha de calúnias e mentiras, que obrigaram Víctor de Sá a reagir, apresentando queixa no Tribunal de Braga contra aquela figura carismática do fascismo português – e só uma amnistia política livrou S. Cunha de ser condenado.

Concluídas as provas de doutoramento, cumprida a sua missão científica, orgulhoso dos seus pergaminhos, acreditando apesar de tudo num futuro melhor, Víctor de Sá regressa a Portugal no próprio mês em que termina o doutoramento, depois de uma ausência de mais de cinco anos.

6. «REGRESSAR PARA QUÊ?»

Com expectativa, com esperança, desembarca em Lisboa no dia 14 de Janeiro de 1969, já se vivia a «primavera» marcelista:

– *Não quero comentar a recepção. A recepção oficial, claro está. Horas passadas na cadeia, fotografias de frente e perfil, impressões digitais, malas revolvidas, bolsos despejados. Não, não quero.*

E tal como a recepção renunciou, as portas continuaram fechadas.

E o tempo passa, o desânimo parece querer apoderar-se de Vítor Sá: *e reparo como todo o sacrifício da ausência começa a ficar inútil perante a desocupação do meu viver. Uma existência intelectual outra vez de amador, escrevendo nas horas vagas.*

Continua impedido de desempenhar funções públicas. O próprio doutoramento na Sorbonne, apesar de uma teimosa pendência com o Ministério da Educação, não lhe é reconhecido. E é-lhe igualmente recusada uma bolsa entretanto solicitada ao IAC, a fim de prosseguir as suas investigações sobre História Contemporânea Portuguesa. Por isso volta-se novamente para a livraria, que entretanto amplia e enriquece com uma galeria de arte, ponto de encontro dos intelectuais e democratas bracarense, que lhe garante a sobrevivência nos anos que se seguiram.

De qualquer modo acredita que *à noite há-de suceder fatalmente a aurora cujos raias todos vamos esboçando*. E por isso não pactua, não aceita a convivência do silêncio.

Não abandona a escrita. Publica a sua tese de doutoramento, «A revolução de Setembro de 1836» e «Regressar para quê?», que é de imediato apreendido pelas autoridades policiais, além de continuar a colaborar em jornais e revistas.

Está presente, quando tal é possível, nas grandes e pequenas lutas, sempre que é permitido à Oposição manifestar-se.

Mas por exemplo, não é autorizado a integrar as listas da Oposição Democrática de Braga, nas eleições de 1969, na sequência da perseguição que mais uma vez lhe é movida por António Santos da Cunha, sob alegação de que a sua ausência em França, por mais de 5 anos, não era considerada como um «serviço ao país».

Apesar de todos os obstáculos, mantém-se politicamente activo, estando presente nos Congressos Republicanos de Aveiro,

ou nas comemorações do 31 de Janeiro, organizando um importante colóquio sobre a reforma do ensino (Braga, 1971), participando nas eleições de 1973, em que a Oposição mais uma vez se viu obrigada a desistir, lutando sempre na sombra para derrubar um regime que continuava a oprimir ferozmente o povo português.

Porém, em breve surgiria uma gloriosa madrugada de Abril....

7. FINALMENTE ABRIL

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*

(Sofia de Melo Breyner Andresen)

A longa e dura luta pela libertação do povo português do jugo do fascismo, da qual Vítor de Sá tinha sido um protagonista, concretizou-se com o 25 de Abril de 1974.

Vítor de Sá vai naturalmente empenhar-se na construção da democracia nascente. Discursa no primeiro grande comício da liberdade realizado em Braga, na Praça do Município, logo a 26 de Abril.

Integrando o MDP/CDE é convidado a dirigir a partir de Maio, o «Correio do Minho», até então bastião da extinta Acção Nacional Popular, que passará a ser porta voz do Movimento Democrático de Braga.

Depois da festa da revolução, dos meses alegres e conturbados que se seguiram, as forças conotadas com o antigo regime começam a levantar a cabeça. No Verão de 75 em Braga vive-se um clima de anticomunismo primário e violento, instigado pelos sectores mais reaccionários e pela própria hierarquia da Igreja bracarense, que elegeram as forças progressistas, com as quais Vítor de Sá se identificava, como alvo privilegiado. E assim, para além de todos os acontecimentos por demais conhecidos, das ameaças físicas e de diversos atentados terroristas à sua livraria, Vítor de Sá volta a passar por momentos que julgava para sempre esquecidos.

Por outro lado, depois da revolução, a sua situação profissional é finalmente regularizada, sendo-lhe reconhecido o

direito de integrar a Função Pública, bem como a equiparação oficial a Doutor em História pelas Universidades Portuguesas. Os convites para a docência em diversas universidades não lhe faltam, mas acaba por fixar-se, em Setembro de 1974, na Faculdade de Letras do Porto, onde foi aceite por unanimidade do Grupo de História como professor-auxiliar além do quadro. Concretiza-se assim um dos seus sonhos mais caros, passando a ensinar na universidade portuguesa, que finalmente lhe reconhece os méritos e a qualificação académica.

Pouco depois, ainda em 1975, é a novel Universidade do Minho que o requisita para, em acumulação, aí reger algumas disciplinas.

Na Faculdade de Letras do Porto tem oportunidade de pôr em prática algumas das suas concepções inovadoras sobre o ensino e a investigação em História, estando na origem da criação do Centro de História da Universidade do Porto que, desde o regresso de França vinha defendendo.

A docência incide na História Contemporânea de Portugal, incentivando e orientando centenas de alunos na realização de trabalhos sobre aquele período, o qual lhe continua a inspirar os artigos e monografias que vai regularmente publicando, nomeadamente nos Livros Horizonte, que dedica uma colecção às suas obras.

8. SOMBRAS E CLARÕES

Uma nova provação entretanto o espera: desejando prosseguir a sua carreira universitária, em 1978 submete-se a provas para professor agregado da Faculdade de Letras do Porto, apresentando um trabalho sobre a «Formação do movimento operário português», tema cuja escolha aliás revela uma certa ousadia.

Porém, por razões não totalmente esclarecidas, a que a composição do júri poderá não ser estranha, não consegue ultrapassar com êxito estas provas, o que o abala profundamente. Em confidências aos amigos considera que foi vítima de «bárbara agressão intelectual» ou de mais um «acto de terrorismo».

São inúmeras as provas de solidariedade e apoio que recebe de vultos cimeiros e insuspeitos da intelectualidade

portuguesa, enquanto a imprensa de direita rejubila com o acontecimento.

Mas Víctor de Sá logo empreende um novo combate, candidatando-se a outras provas, agora ao abrigo de uma disposição legal que previa a votação nominal e justificada por parte do júri. Tenta assim com as armas que tem ao seu alcance ultrapassar uma situação que considerava vexatória e o atingia na sua dignidade científica.

Porém, a própria legislação vigente foi suspensa e, embora tenha sido nomeado Professor Associado em 1984, aguarda desde 1978 a realização das provas de agregação a que então foi admitido.

A actividade docente e a investigação contudo não o impedem de continuar a ter um papel interveniente como cidadão, já que o seu prestígio não foi abalado pelo sucedido na Universidade.

Cabeça de lista de Braga pela Aliança Povo Unido nas eleições para a Assembleia da República em 1979, é o primeiro candidato comunista a ser eleito na região Norte (Porto excluído), o que se repetiria em 1980. É deputado entre Janeiro de 1980 e Março de 1981, data em que renunciou ao mandato para regressar à Universidade.

Na Assembleia da República, pese considerar que não tinha qualidades de parlamentar e estranhar as condições de trabalho existentes, mesmo a nível partidário, não foi um deputado passivo, tendo integrado algumas comissões da A.R. e realizado diversas intervenções, com particular incidência nos domínios da cultura e da ciência.

Alguna frustração, a desilusão dos anos recentes, estão certamente na origem de um acidente vaso-cerebral de que em finais de 1981 é vítima e que depois se repetiria. O corpo parece estar cansado, mas este homem de rija têmpera, desde muito novo habituado a lutar, não cede com facilidade.

Nesta altura interroga-se sobre o destino a dar a todo o espólio documental produzido e recolhido ao longo da vida, nomeadamente o resultante do seu trabalho de investigação ou da actividade política, e decide-se entregá-lo à guarda da Biblioteca Pública de Braga.

Recupera energias e o ânimo, volta a casar, deixa Braga definitivamente, retoma a docência, prossegue na investigação e na publicação dos seus trabalhos, concretiza um projecto que há

anos trazia entre mãos: o levantamento de imprensa operária portuguesa (1836-1986), cujo Roteiro acaba de ser publicado pela Editorial Caminho, com o apoio do Instituto Português do Livro e da Leitura e que será uma obra de referência imprescindível.

Recolhido entretanto à serenidade dos lugares de Sintra, propõe à Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, num acto de enorme generosidade e ineditismo, a criação de um prémio destinado a trabalhos de jovens investigadores sobre história contemporânea portuguesa, incentivando os interessados a rentabilizarem o seu espólio documental depositado na BPB, para tal contribuindo com uma avultada verba.

O papel desempenhado na luta constante pela liberdade e pela democracia em Portugal não é esquecido e assim, como justo corolário, em 10 de Junho de 1990, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, recebe em Braga, das mãos do Presidente da República, Mário Soares, a comenda da Ordem da Liberdade.

Chegado aos 70 anos, altura da sua jubilação universitária, continua a trabalhar embora num ritmo mais lento, mas sempre com entusiasmo e lucidez, nos seus temas favoritos e noutros, em sintonia com as novidades do tempo.

Víctor de Sá, como esta breve biografia e a sua vasta bibliografia o podem atestar, é bem um homem no seu tempo, para quem a História e a Vida, a investigação e a intervenção pública, a reflexão e o trabalho sempre se articularam dura mas harmoniosamente, constituindo um exemplo que é justo realçar.